**Introdução**

O Sistema DECOM Digital – SDD foi criado para tramitar processos de defesa comercial, notadamente aos processos de investigação antidumping, majoritários em termos de representatividade em tal matéria. Nesse sentido, para que seja realizada transição ao Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia – SEI/ME, é fundamental que todas as especificidades de tais processos sejam devidamente consideradas.

Dessa forma, entendemos que a transição do SDD para o SEI/ME apenas deve ocorrer uma vez sanadas todas as incertezas e problemas reportados, como aqueles apresentados na presente manifestação.

Apresentamos, a seguir, considerações sobre funcionalidades relevantes a serem garantidas no SEI/ME em caso de transição:

Meus documentos

Como destacado no estudo de viabilidade disponibilizado pela SDCOM, não há, no SEI/ME, funcionalidade correspondente à aba “Meus documentos” do SDD, onde constam os documentos especificamente disponibilizados pela SDCOM à parte interessada e aqueles protocolizados por tal parte nos autos do processo. Atualmente, o SEI/ME disponibiliza apenas os documentos constantes nos autos do processo em ordem cronológica, não permitindo filtro por documentos relacionados à própria parte que acessa o Sistema. Ressalte-se que os processos de defesa comercial comportam inúmeras fases e elevado número de documentos, de forma que a ausência de mecanismo mais eficiente de filtro/busca por documentos prejudicará o regular exercício do contraditório e da ampla defesa. Assim, a disponibilização de mecanismo de filtro/busca por documentos dentro dos autos do processo solucionaria essa deficiência.

Protocolo nos autos do processo

Atualmente, no SEI/ME, é possível a realização de protocolo de documento sem que tal protocolo seja realizado diretamente nos autos do processo, apenas indicando a que processo o documento se refere, sendo o mesmo transferido pelos responsáveis no SEI/ME para o processo em questão. Esse procedimento, entretanto, inviabiliza que outras partes tenham conhecimento imediato da realização do protocolo, tornando-se dependentes da realocação do documento ao processo correto.

É fundamental que seja estabelecido que, nos processos de defesa comercial, todo protocolo referente a processo já existente (intercorrente) deva ser, necessariamente, protocolado diretamente nos autos do processo “principal”, evitando que seja gerado novo processo fora do âmbito do processo “principal”. Qualquer manifestação, independentemente de classificada como pública, restrita ou confidencial, protocolada em desacordo com tal determinação deverá ser tida por inexistente. Essa determinação deve ser explicitada na Portaria ora sob consulta.

Prazo para disponibilização dos documentos protocolados

Em processos tramitados pelo SEI/ME, não é incomum que um documento tarde alguns dias a serem disponibilizados. No caso de investigações de defesa comercial, em que, ao longo do processo, diversas etapas estão sujeitas a prazos significativamente restritos, para que as partes possam devidamente exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório, é fundamental que os documentos sejam disponibilizados de forma célere para que as demais partes tomem conhecimento dos mesmos e, se for o caso, apresentem tempestivamente manifestação a respeito.

Busca por produto/processo

De acordo com informação constante do item 3.2.2.1 do estudo de viabilidade, não seria viável a busca por produto investigado no SEI/ME, mas apenas por número de processos. A introdução de mecanismo de busca no SEI/ME que permita a pesquisa por produto é importante, facilitando o acesso pelos usuários do Sistema, sem a necessidade de ter que obrigatoriamente recorrer a diversos números de processos.

Embora não seja ideal, caso não seja possível a implementação do mencionado mecanismo de busca por produto, é fundamental que seja estabelecida a obrigatoriedade, pela autoridade investigadora, de disponibilizar a informação dos números dos processos e os produtos envolvidos tão logo seja iniciada a investigação.

**Da Minuta de Portaria**

No que diz respeito à minuta de Portaria disponibilizada pela Circular SECEX no 36 (D.O.U. 24.05.21), apresentamos, a seguir, nossas considerações aos seus dispositivos:

*PORTARIA Nº XX, XX DE XX DE 2021*

*Regulamenta o processo administrativo eletrônico relativo às investigações e aos procedimentos de defesa comercial amparados pelos Decretos no 1.488, de 11 de maio de 1995, no 1.751, de 19 de dezembro de 1995, no 8.058, de 26 de julho de 2013, e no 9.107, de 26 de julho de 2017, na Portaria SECEX no 41, de 27 de julho de 2018, e pelos acordos comerciais em vigor no Brasil, e às avaliações de interesse público amparadas pela Portaria SECEX no 13, de 29 de janeiro de 2020, e altera a Portaria SECEX no 13, de 29 de janeiro de 2020.*

*O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, observado o disposto no art. 17 da Lei no 12.995, de 18 de junho de 2014, e no art. 1º da Portaria ME no 294, de 4 de agosto de 2020, e no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 91 do Decreto no 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:*

*Art. 1º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia utilizará o Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia – SEI/ME para produzir, editar, assinar, tramitar, receber e concluir os processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos de defesa comercial e às avaliações de interesse público.*

*Parágrafo único. As disposições da Portaria ME no 294, de 2020, serão aplicáveis aos processos da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público a que faz referência o caput, resguardadas as disposições específicas previstas nesta Portaria. Art. 2º O acesso aos processos e o envio de documentos pelas partes interessadas serão feitos por meio de representante legal habilitado junto à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.*

*§ 1º Os representantes legais das partes interessadas deverão se cadastrar como usuários externos do SEI-ME, nos termos dos arts. 20 e 21 da Portaria no 294, de 2020.*

*§ 2º A intervenção nos processos de representantes legais que não estejam habilitados junto à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público somente será permitida na execução dos seguintes atos:*

*I - submissão de documentação pertinente para habilitação como representante legal de parte interessada;*

*II - solicitação de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários;*

*III - apresentação de respostas aos questionários e manifestações sobre modelos de produto;*

*IV - solicitação de habilitação de outras partes que se considerem interessadas;*

*V - submissão de proposta de terceiro país de economia de mercado alternativo;*

*VI - manifestações sobre a seleção de produtores ou exportadores, importadores ou tipos de produto; e*

*VII - manifestações sobre a decisão da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público de habilitar a produção nacional de determinado produto como indústria fragmentada, nos termos do art. 12 da Portaria SECEX nº 41, de 2018.*

*§ 3º A regularização da habilitação dos representantes que realizarem os atos descritos nos incisos II a VII do parágrafo anterior deverá ser feita no prazo previsto no ato da Secretaria de Comércio Exterior que der início à investigação correspondente, sem possibilidade de prorrogação.*

*§ 4º A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos no parágrafo anterior fará com que os atos sejam havidos por inexistentes.*

*Art. 3º Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos processuais das investigações e procedimentos a que se refere o art. 1º deverão ser assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, de forma a manter a integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a confidencialidade dos documentos.*

*Parágrafo único. Para fins de atendimento ao disposto no caput, todos os documentos deverão ser assinados digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI/ME, sejam eles documentos nato-digitais ou digitalizados.*

**Considerações GBI: não há clareza se a assinatura digital se refere apenas ao documento de encaminhamento da documentação ou se a cada arquivo digital enviado por meio do sistema. No caso, documentos originais em pdf, planilhas Excel, arquivos zipados também deverão ser individualmente assinados digitalmente? Caso positivo, qual o procedimento a ser adotado?**

**Lembramos que, na implementação do SDD, foi excluída a possibilidade de envio de arquivos zipados justamente pela impossibilidade de certificação digital dos documentos contidos no arquivo zipado. Assim, o procedimento de envio dos arquivos pelo SDD atesta e registra a autenticidade dos mesmos, garantindo que não foram alterados posteriormente. É fundamental que a mesma garantia ocorra caso o processo seja transferido para o SEI/ME.**

*Art. 4º Os autos confidenciais, restritos e públicos de cada investigação e procedimento a que faz referência o art. 1º serão mantidos em processos eletrônicos distintos no SEI/ME.*

**Considerações GBI: o Decreto no 8.058, de 2013 trata apenas dos processos confidencial e restrito, não prevendo, a legislação, a apresentação de versão pública dos documentos. Nesse sentido, há um conflito em relação ao acesso a informações restritas ou públicas, estando o SEI/ME regulado pela Lei de Acesso à informação (LAI), que classifica as informações em confidencias ou públicas, e o Decreto nº 8.058, de 2013 (assim como o SDD), que classifica as informações como confidencias ou restritas (de acesso apenas às partes legalmente habilitadas no processo). Nesse sentido, é fundamental que seja estabelecido na Portaria que os atos públicos serão alimentados exclusivamente pela SDCOM.**

**É necessário garantir, ainda, que os três autos corram sob a mesma numeração, uma vez que se tratam de um único processo de investigação. Apenas caso tal procedimento seja inviável, tais processos devem estar relacionados, permitindo que as partes interessadas possam acompanhar quais documentos estão sendo apresentados nas distintas classificações, sem que haja necessidade de realizar acessos distintos para cada tipo de autos de processo.**

**Também não restou claro se, ainda que indisponíveis para visualização pelas demais partes interessadas, será disponibilizada para todas as partes interessadas a informação de que foi inserido documento nos autos confidenciais. Essa informação (protocolo de informação confidencial) é de fundamental relevância para garantia do exercício regular do contraditório e da ampla defesa, pois a legislação estabelece que ambas as versões (confidencial e restrita) deverão ser apresentadas simultaneamente, de forma que constitui direito das demais partes interessadas verificar o cumprimento dessa obrigação, bem como de outras relativas à apresentação de resumo restrito que permita razoável compreensão da matéria.**

**Da mesma forma, não há clareza se, ainda que indisponíveis para visualização pelo público em geral, será disponibilizada publicamente a informação de que foi inserido documento nos autos restritos do processo.**

**Ainda, é necessário esclarecer quem será o responsável pela classificação dos documentos em restrito ou confidencial. Cabe lembrar que, no SDD, tal classificação é realizada para cada arquivo enviado pela parte interessa quando do protocolo. No SEI/ME, entretanto, até o momento, os documentos não considerados como confidenciais são classificados como públicos pelo Ministério da Economia. É fundamental esclarecer, portanto, se será estabelecido mecanismo para classificação dos documentos como restritos ou confidenciais pela parte que realiza o protocolo ou se tal classificação será feita *a posteriori* pela autoridade investigadora.**

**Nesse último caso, caso a classificação seja realizada pela autoridade investigadora, é fundamental o estabelecimento de responsabilidades caso haja classificação indevida de documentos e/ou informações confidenciais como restritas.**

*§ 1º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de defesa comercial terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.*

*§ 2º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de interesse público terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.*

*§ 3º Os processos eletrônicos contendo os autos restritos de defesa comercial terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público e aos representantes legais habilitados das partes interessadas da investigação ou procedimento correspondente.*

**Considerações GBI: o art. 47 do Decreto no 8.058, de 2013, determina que:**

**Art. 47. O Governo brasileiro não divulgará a existência de petições anteriormente à publicação do ato da SECEX que torne público o início da investigação, exceto com relação ao governo do país exportador, que será notificado da existência de petição devidamente instruída antes da publicação do ato que dará início à investigação.**

**No caso do SDD, quando realizado o protocolo de uma petição, tal fato e os documentos protocolados permanecem de acesso exclusivo à(s) peticionária(s) e ao Governo. No SEI/ME, ainda que documentos sejam classificados como “restritos” ou “confidenciais”, não sendo acessíveis a outras possíveis partes interessadas, o Sistema torna público o registro do documento, ou, no caso, da petição, violando o disposto no mencionado art. 47. Nesse sentido, é fundamental que seja estabelecida forma de protocolo de petição que assegure o devido cumprimento do dispositivo mencionado (garantir a confidencialidade da existência de petição até a abertura da investigação), o mesmo sendo válido para os demais tipos de processos de defesa comercial.**

**Ademais, no caso de solicitação, por parte da SDCOM, de informações complementares à petição, de que forma tal solicitação será disponibilizada ao peticionário, mantendo-se a confidencialidade quanto à existência da petição?**

*§ 4º Os processos eletrônicos contendo os autos públicos de defesa comercial e interesse público terão nível de acesso “público”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis ao público em geral.*

*§ 5º O acesso dos representantes legais habilitados aos processos eletrônicos contendo os autos restritos será concedido pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, mediante solicitação e apresentação da documentação pertinente.*

**Considerações GBI: considerando que, no momento da habilitação, a parte não tem acesso aos autos restritos, o procedimento adotado para o protocolo dos documentos relativos à habilitação deve ser claramente estabelecido na Portaria a ser publicada.**

**Ainda, quando for protocolada uma procuração para mais de um representante legal (além daquele que está realizando o protocolo com seu cadastro), os demais representantes constantes na procuração serão automaticamente cadastrados para acesso aos autos ou terão que realizar solicitação individualizada (o que seria um retrocesso frente ao sistema adotado no SDD)? Ressalte-se que tal fato é ainda mais relevante na fase de petição, em que todos os documentos são tratados como confidenciais até a abertura da investigação.**

*Art. 5º Todos os documentos confidenciais e restritos submetidos no âmbito dos processos eletrônicos confidenciais e restritos referentes às investigações e procedimentos a que faz referência o art. 1º deverão ser registrados pelo usuário externo com nível de acesso “restrito” no SEI-ME.*

*§1º Adicionalmente às responsabilidades previstas na Portaria no 294, de 2020, é de responsabilidade do usuário externo o correto protocolo dos documentos nos processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos a que faz referência o art. 1º.*

*§2º No caso de inconsistência entre o teor do documento enviado e natureza confidencial, restrita ou pública dos autos no qual o documento foi protocolado no SEI/ME, prevalecerá a natureza dos autos no qual o documento foi protocolado pelo usuário externo.*

*§3º A divulgação de informação confidencial por erro na protocolização ou na classificação do documento no SEI/ME é de responsabilidade exclusiva do usuário externo que o submeteu.*

**Considerações GBI: novamente, se o responsável pelo protocolo deve registrar no SEI/ME tanto os documentos confidenciais como aqueles restritos com o mesmo nível de acesso “restrito”, como será realizada a diferenciação entre os documentos confidenciais e restritos? Caberá à autoridade investigadora realizar tal diferenciação conforme conste no cabeçalho de cada documento se se trata de documento confidencial ou restrito? Nesse caso, é fundamental o estabelecimento de responsabilidades caso haja classificação indevida de documentos e/ou informações confidenciais como restritas.**

**Além disso, no SDD, quando do protocolo, à parte interessada é disponibilizado recibo, onde constam além da lista de todos os documentos protocolados, a classificação (confidencial ou restrito) de cada um por parte da parte que realizou o protocolo. Tal procedimento deve ser mantido no SEI, garantindo as devidas responsabilidades de cada parte na realização dos protocolos nesse sistema.**

*Art. 6º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, sempre que julgar necessário, poderá requisitar o documento original que tenha sido apresentado digitalizado, o qual deverá ser entregue no prazo de cinco dias, contado da data de ciência, prorrogável uma única vez por igual período.*

*§ 1º Caso o detentor do documento indicado no parágrafo anterior não atenda a requisição da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público no prazo especificado, o documento digitalizado poderá ser desconsiderado.*

*§ 2º Os originais dos documentos digitalizados que forem submetidos à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverão ser preservados pelo seu detentor até que ocorram os prazos prescricionais e decadenciais estabelecidos nas leis próprias.*

*Art. 7º Para viabilizar a apresentação de amostras de produtos à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, o representante legal habilitado da parte interessada deverá descrever pormenorizadamente a amostra e submeter a descrição por meio do SEI/ME.*

*§ 1º Após o envio da descrição indicada no caput, o produto deverá ser apresentado no Protocolo Central do Ministério da Economia no prazo de cinco dias úteis.*

*§ 2º Caso a amostra apresentada não corresponda à descrição submetida, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público desconsiderará o documento submetido eletronicamente e descartará a amostra apresentada.*

*§ 3º As partes interessadas terão acesso às amostras entregues à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público mediante solicitação prévia a ser protocolada nos autos do processo correspondente e em data, hora e local a ser estabelecido pela Subsecretaria.*

*§ 4º Amostras entregues à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público no curso de um processo de defesa comercial serão restituídas à parte interessada que as apresentou, mediante solicitação realizada no prazo de cinco dias úteis após o encerramento da investigação.*

*§ 5º Caso a parte interessada não efetue o pedido de restituição no prazo especificado no parágrafo anterior, as amostras serão descartadas.*

*Art. 8º Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de impossibilidade técnica do SEI/ME serão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte ao do restabelecimento do sistema, nos termos do § 2º do art. 24 da Portaria no 294, de 2020.*

*Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput será registrada nos autos das investigações e procedimentos em curso.*

**Considerações GBI: há necessidade de que seja disponibilizado, 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, telefone ou e-mail de contato do SEI/ME para notificação pelas partes interessadas que verifiquem a ocorrência de problema técnico no SEI/ME, a fim de corrigir qualquer problema verificado com prontidão e, se for o caso, registrar no sistema que o mesmo, de fato, apresenta problemas, sendo aplicado o disposto no art. 8o.**

**Ademais, tal mecanismo poderia garantir ação rápida, caso seja detectada classificação incorreta de documento protocolado, seja por erro da parte que protocolou o documento, seja da parte da autoridade investigadora, a fim de que o documento possa ser prontamente desentranhado dos autos do processo, com os devidos registros de tal ocorrência.**

**Tal procedimento é fundamental para garantir a segurança jurídica das partes interessadas que enfrentem problemas técnicos com o SEI/ME de que, efetivamente, terão seu prazo de protocolo prorrogado.**

*Art. 9º A partir de 26 de julho de 2021, os processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos de defesa comercial a que faz referência o art. 1º deverão ser protocolados diretamente no SEI/ME e tramitarão unicamente nesse sistema.*

*§1º As novas investigações e procedimentos de defesa comercial protocolados a partir da data referida no caput tramitarão unicamente no SEI/ME.*

*§2º As investigações e procedimentos de defesa comercial já protocolados e/ou em curso até a data referida no caput terão seus autos transferidos para o SEI/ME pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, conforme art. 4º desta Portaria, até a data referida no caput, e suas respectivas partes interessadas serão notificadas e os número dos correspondentes novos processos eletrônicos que tramitarão no SEI/ME serão registrados nos autos do processo no Sistema Decom Digital – SDD.*

*§3º Os autos das investigações e procedimentos de defesa comercial encerrados até a data referida no caput serão transferidos para o SEI de forma gradativa, de acordo com a disponibilidade da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.*

**Considerações GBI: a transição de processos já encerrados para o SEI/ME deve ter cronograma definido, garantindo às partes acesso aos mesmos no novo Sistema.**

*Art. 10. A Portaria nº 13, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*“Art. 8º ............................................................................................................*

*§1º Os peticionários da investigação de defesa comercial poderão apresentar no SEI/ME, desde o protocolo da sua petição nesse sistema, informações a respeito da avaliação de interesse público, conforme Questionário de Interesse Público disponibilizado na página da internet deste Ministério.*

*............................................................................................................” (NR)*

*Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 30, de 7 de junho de 2018 da Secretaria de Comércio Exterior.*

*Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

*LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ*